SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM FOCO

CARLA GABRIELA NOBRE DA SILVEIRA [1]

DAFNE DIAS LAGES MONTEIRO[2]

SOFIA LAURENTINO BARBOSA PEREIRA[3]

RESUMO
Esse artigo tem como objetivo realizar uma análise da trajetória do processo formativo em Serviço Social e sua articulação com a saúde mental, com foco na discussão sobre o Estágio Supervisionado na Universidade Federal do Piauí, a partir de revisão de literatura e pesquisa documental. Trata-se de um artigo resultante de pesquisa de iniciação científica no curso de Serviço Social da UFPI. Verifica-se que a saúde mental é um campo histórico para a profissão e que as primeiras escolas de Serviço Social tiveram influência higienista e de profissões médicas. Na atualidade, a aproximação com a saúde mental vem sendo pouco discutida na formação profissional, estando presente sobretudo como campo de estágio, como foi possível verificar na análise da série histórica do estágio na UFPI.
Palavras-chave: Formação Profissional; Saúde Mental; Serviço Social;

ABSTRACT
This article aims to analyze the trajectory of the formative process in Social Service and its articulation with mental health, focusing on the discussion about the Supervised Internship at the Federal University of Piauí, from literature review and documentary research. This is an article resulting from a scientific initiation research in the Social Service course at UFPI. It is verified that mental health is a historical field for the profession and that the first schools of Social Service were influenced by hygienists and medical professions. At UFPI, the professional formation transits between the historical series and the Ethical-Political Project of the Profession.
Keywords: Professional Formation; Mental Health; Social Service.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão da saúde, expressa na Resolução n° 218/1997 do Conselho de Saúde, tendo uma atuação essencial no campo da saúde

[1] Universidade Federal do Piauí. Discente do curso de Serviço Social. Carlagabrielanobre@gmail.com
[2] Universidade Federal do Piauí. Discente do curso de Serviço Social. Dafnelages08@gmail.com
[3] Universidade Federal do Piauí. Professora Doutora do Departamento de Serviço Social. Sofialaurentino@ufpi.edu.br

mental, principalmente, diante de sua formação generalista, que possibilita uma intervenção frente aos determinantes sociais do processo saúde-doença.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo realizar uma análise da trajetória do processo formativo em Serviço Social e sua articulação com a saúde mental, com foco na discussão sobre o Estágio Supervisionado na Universidade Federal do Piauí, a partir de revisão de literatura e pesquisa documental.

As reflexões aqui desenvolvidas são resultantes de uma pesquisa de iniciação científica "O Estágio Supervisionado Em Serviço Social Na Saúde Mental: história e memória no âmbito da Universidade Federal do Piauí", financiada pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) e da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A pesquisa vem sendo realizada desde 2020, no âmbito do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas e Saúde Mental (PPSAM/CNPq), vinculado ao departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI,

O artigo se estrutura em três tópicos. Em um primeiro momento, discute-se sobre o ensino e a formação em Serviço Social, abordando a trajetória histórica desde o surgimento da primeira escola de Serviço Social no Brasil, a ruptura com o conservadorismo católico até as influências e bases teórico-metodológicas que culminaram nas Diretrizes Curriculares da Profissão. Em um segundo momento, busca-se abordar sobre a formação profissional voltada para o campo da Saúde Mental, com análise sobre a influência do higienismo norte-americano na criação da primeira escola de Serviço Social no Chile e no Rio de Janeiro. Já o terceiro tópico apresenta a formação em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí, com foco no estágio supervisionado, com base nos dados da pesquisa realizada na iniciação científica, que analisou 334 documentos de estágio em diversos espaços da saúde mental de Teresina na série histórica do período de 1980 a 2019.

2 ENSINO E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A emergência do Serviço Social tem forte influência da Igreja Católica, com destaque ao papel das encíclicas papais *Rerum Novarum* e a *Quadragésimo Anno*. Em 2021, a Carta Encíclica *Rerum Novarum*, completa 130 anos, primeira encíclica pontifícia que aborda os problemas sociais, publicada em 1891 pelo papa Leão XIII, apresentando as preocupações do pontífice com as condições dos trabalhadores da época. Em 1931, celebrando os 40 anos da *Rerum Novarum*, o papa Pio XII escreve a encíclica *Quadragesimo Anno*, tratando sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social.

No Brasil, a primeira escola de Serviço Social surgiu em 1936, a partir da iniciativa de grandes líderes da Igreja Católica no país, como aponta Aguiar (2011). Assim, o Serviço Social no Brasil é fruto da ação desenvolvida pela Igreja no campo social, como reafirma Yazbek (2009):

> É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social". (YASBECK, 2009, p. 4)

Nesse cenário, a primeira escola de Serviço Social no Brasil é originada a partir do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que tinha como finalidade o estudo e a difusão da doutrina social da Igreja e a ação social, ficando evidente que a igreja propagava a restauração dos costumes cristãos, em busca de uma reforma social e uma convivência harmônica entre as classes.

Verifica-se que, nos seus primórdios, a formação em Serviço Social no cenário brasileiro tinha grande influência franco-belga, o que pode ser visualizado no primeiro Código de Ética profissional de 1947, ainda influenciado pelo olhar europeu e cristão, que “visava orientar a prática e conferir status de profissão ao Serviço Social, que não era ainda regulamentada como categoria profissional” (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

Assim, “numa primeira fase do Serviço Social no Brasil, o que importa é a formação doutrinária e moral; o aspecto técnico só passará a ter significação com a influência americana” (AGUIAR, 2011). Nessa direção, foi a partir de meados da

década de 1940 que se marca o início "tecnificação" da profissão no país, "ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista" (YAZBEK, 2009).

A aproximação com os Estados Unidos se deu pela necessidade de instrumentalizar a profissão no Brasil (AGUIAR, 2011) de forma que, com a influência norte-americana, a formação do Serviço Social brasileiro adquire bases positivistas e, gradativamente, uma perspectiva funcionalista.

Ao avançar na história, no período de 1965 a 1975 ocorre o Movimento de Reconceituação, um dos marcos mais importantes do Serviço Social na América Latina, que propõe a ruptura com as práticas tradicionais e um perfil profissional mais crítico:

> No período de 1965 a 1975 ocorre um marco importante no Serviço Social na América Latina: o movimento de reconceituação, impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente que se refratavam na universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, com nítidas particularidades nacionais. Recusa a importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na crítica aos fundamentos das abordagens de Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. De base teórica e metodológica eclética, esse movimento foi, inicialmente, polarizado pelas teorias desenvolvimentistas, e no início da década de 1970 ocorrem as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, a partir de manuais de divulgação (IAMAMOTO, 2017, p.25).

Sobre esse período de Renovação da profissão, Netto (2015) afirma que o Serviço Social passa a rearticular as tendências do pensamento social contemporâneo, investindo em uma profissão mais dotada de legitimação prática e validação teórica:

> Trata-se, como se infere, de um processo global, que envolve a profissão como um todo - as modalidades da sua concretização, em decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, *perspectivas diversificadas*: a renovação implica a construção de um *pluralismo profissional*, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como as matrizes teóricas a que elas se prendem (NETTO, 2015, p.172).

Nessa direção, é importante destacar que o movimento de reconceituação não acontece de forma homogênea, sendo marcado por distintos momentos, direções e correntes teórico-metodológicas. Segundo Netto (2015), o Serviço Social brasileiro atravessou um processo de renovação com três direções: perspectiva

modernizadora – com aproximação com a matriz teórico-metodológica funcionalista – reatualização do conservadorismo – marcada pela vertente fenomenológica – e, por fim, intenção de ruptura – onde acontece a aproximação com as teorias marxistas.

Resultante desse processo, o Serviço Social brasileiro constrói o seu Projeto Ético-Político, que conquista hegemonia na categoria a partir da década de 1990, que defende a liberdade como valor ético central, o compromisso com a autonomia, emancipação e a expansão dos indivíduos sociais, tendo impacto no exercício e na formação profissional. Ele é explicitado no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovada pela ABEPSS de 1996.

As referidas Diretrizes norteiam a formação profissional do Serviço Social no país, redimensionando um novo perfil profissional, estabelecendo três núcleos de fundamentação da formação: teóricos-metodológicos da vida social, da particularidade da formação histórica brasileira e do trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

O núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social trata da configuração da vida burguesa a partir do estudo do ser social, e busca capacitar o profissional para compreender e explicar a realidade em suas múltiplas dimensões. O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, refere-se ao conhecimento sobre economia, sociedade, política e a cultura do Brasil, investigando como determinados padrões se consolidaram na realidade brasileira. Já o núcleo de fundamentos do trabalho profissional compreende que o objeto de trabalho do Serviço Social está na Questão Social e abrange elementos que constituem a profissão, enquanto especialização do trabalho, sua trajetória histórica, metodológica e técnica. Isso, com base em estratégias de intervenção adotadas a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer (ABEPSS, 1996).

3 A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL

A saúde e a saúde mental são campos históricos para o Serviço Social. Segundo Martinelli (2011), foi em 1905, em Nova Iorque, que ocorreu a criação do primeiro "Serviço Social médico", criado pelo médico Dr. Richard Cabot, que considerava de suma importância a atuação de assistentes sociais no âmbito da saúde no tratamento médico-social e na realização do diagnóstico social.

É importante destacar que a abordagem utilizada nesse período era de cunho individual, desconexa do contexto familiar, social e cultural, que buscava apenas reintegrar o "cliente" nas normas da sociedade capitalista para que pudessem contribuir com o processo de produção e reprodução de mais-valia.

No seu contexto histórico de inserção na saúde, o Serviço Social atuava de forma subordinada ao médico, sendo considerado durante muito tempo como uma profissão inferior. O Serviço Social dos Estados Unidos teve uma forte busca em conhecimentos voltados para o âmbito da patologização, como o enfoque na psicologia, psicanálise, medicina, dentre outras. Dessa forma, a atuação profissional era pautada na linha psicológica e psicanalítica, que utilizava da abordagem individual proposta por Mary Richmond, no conhecido "Serviço Social de caso" (MARTINELLI, 2011).

Na década de 1920, o movimento de higiene mental chega ao seu auge nos Estados Unidos, mediante a isso o saber psiquiátrico invade a sociedade e passa a ser visto como a única forma de se estabelecer a harmonia social. É incontestável que esse movimento já tenha os seus alvos determinados com destaque principal para a classe trabalhadora, subalterna e tudo aquilo que punha em risco o desenvolvimento do capitalismo.

> O higienismo, nesse sentido, busca esclarecer o paradoxo da convivência num mesmo indivíduo de um comportamento aparentemente racional e "normal" e atos repentinos e irresistíveis de extrema periculosidade, ou seja, buscando os sinais escondidos de desordem atrás das aparências de um comportamento racional os psiquiatras a serviço da ordem atuam enquanto "higienistas do espírito", ou de 'higienistas sociais", indo além da cura mental (REIS,1994 apud CUNHA; NUNES, 2020, p. 333).

A influência da psiquiatria ganha ainda mais destaque no Serviço Social quando os Estados Unidos passam a fazer parte da Primeira Guerra Mundial, o que gerou demandas voltadas aos saberes "psi", como o aumento de soldados que

voltaram traumatizados do campo de batalha e o cuidado para com a sua família (VASCONCELOS, 2002). Nessa direção:

> Deslocou o centro do trabalho para os problemas do ajustamento infantil e familiar, estimulando sobremaneira o trabalho que já vinha sendo realizado pelas primeiras clínicas de orientação infantil e juvenil a partir da experiência pioneira de Chicago, em trabalho conjugado dos psiquiatras e assistentes sociais. (VASCONCELOS, 2002, p. 136).

Sobre isso, Mary Jarret, pioneira do denominado “Serviço Social psiquiátrico”, no Hospital Psiquiátrico de Boston, apresentou um trabalho em 1919, intitulado como “a penetração psiquiátrica através de todo o Serviço Social de caso”, afirmando que através da psiquiatria o Serviço Social poderia mudar a sua "aparência obscura” e que a higiene mental poderia promover o desenvolvimento saudável do indivíduo (VASCONCELOS, 2002). Assim, verifica-se que o Serviço Social de caso, conhecido sobretudo por Mary Richmond, era utilizado na atuação profissional na saúde mental naquela época.

Esse ideário higienista oriundo dos Estados Unidos teve influência nas primeiras escolas de Serviço Social da América Latina, como na Escola de Serviço Social chilena Del Río e a primeira escola de Serviço Social no Rio de Janeiro.

A primeira Escola de Serviço Social da América Latina surge ainda nos anos 1920, no Chile, em um período marcado por diversas manifestações, uma grave crise institucional, uma reorganização da base produtiva e uma mudança de relações entre as classes, com destaque para a classe operária que passa a operar por um viés socialista e anarquista (CASTRO, 2010).

É nesse contexto de alteração da sociedade mediante a lutas sociais que emerge a primeira escola de Serviço Social em 1925 no Chile. A efervescência do Serviço Social no Chile não se diferencia de outros países, tendo em vista que as lutas da classe operária fizeram com que o Estado chileno respondesse às suas reivindicações.

> Neste sentido, a burguesia chilena é pioneira ao institucionalizar diversas reivindicações populares e operárias no seio do direito burguês. Esta institucionalização gerou uma legislação que obrigava, a partir- mas não exclusivamente- do Estado, a busca de respostas aos angustiantes problemas de previdência social, habitação, condições de trabalho, saúde pública, salariais etc (CASTRO, 2010, p.70).

A primeira escola de Serviço Social é nomeada de Del Río devido ao seu fundador Alejandro Del Río, que era médico e buscando atender ao crescimento das demandas do campo da assistência social, decide criar uma escola que forme um profissional que colabore com o trabalho do médico (CASTRO, 2010). Nessa direção, na referida escola verifica-se:

> A ênfase da formação na educação familiar e sanitária, complementadas pela medicina, pela saúde pública, pelo direito, pela proteção à infância, pela atenção a enfermos/as e por secretariado, além de visitas para aproximação à realidade social dos sujeitos e recursos institucionais existentes (GOIN, 2019, p. 78).

Pode-se notar que a primeira escola de Serviço Social chilena é marcada pelos princípios de higiene mental e ligada aos saberes biomédicos, possuindo também uma ação de vigilância e manutenção da ordem social e perpetuação do sistema capitalista, como bem pontuado no trecho a seguir:

> A iniciativa Del Río parte de motivações sumamente específicas, inseridas no campo de interesses da profissão médica. Como se sabe, e o próprio Dr. Del Río se encarregou de explicitá-lo, o assistente social deveria ser um subtécnico incumbido de colaborar diretamente com o médico. [...] o seu trabalho prático tinha um marco de ação bastante delimitado, pois, quase por definição situava-se nos contornos da profissão médica (CASTRO, 2011, p. 74).

No Brasil as primeiras escolas de Serviço Social surgiram na década de 1930, sob influência da Igreja Católica e do ensino franco-belga, com a inauguração da primeira escola em São Paulo. Vasconcelos (2002) também aponta que, aliado ao embasamento da doutrina católica, houve influência higienista no ensino da profissão na escola inaugurada no Rio de Janeiro, em 1937. Sobre isso, Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que o Instituto Social do Rio de Janeiro, teve uma forte participação das instituições públicas como o Juízo de menores, assistência médica, sanitária e social, portanto, é evidente a influência higienista até mesmo dentre os seus apoiadores.

Vasconcelos (2002) afirma que mesmo com a presença da influência norte-americana no Serviço Social brasileiro nos anos 1940, isso não possibilitou um corte com o modelo higienista e a influência católica, mas ocasionou um enfoque de alguns pontos devido a influência da psicanálise, pois esta representou um aprofundamento da reforma higienista nos Estados Unidos.

Destaca-se que a presença primordial do Serviço Social nos serviços de saúde mental foi ligada diretamente a um modelo que, como afirma Vasconcelos (2002), estava relacionado à implantação de educação higiênica nas escolas e também na família, com destaque para os Centros de Orientação Infantil (COI) e Juvenil (COJ), ocasionando na propagação do denominado “serviço social clínico”. A equipe do COJ, em 1956, era composta por 3 médicos psiquiatras e 4 assistentes sociais.

As denominadas “assistentes sociais psiquiatras”, eram responsáveis pela realização de estudo de caso, análise do ambiente emocional, social e histórico da vida da criança e orientação para as mães. Destaca-se ainda que o trabalho se realizava também juntamente com a comunidade, escolas, hospitais e etc (VASCONCELOS, 2002). É importante que se reflita sobre o termo “assistente social psiquiatra”, que remonta aos primórdios da atuação profissional na saúde, marcado pela subordinação ao médico e aos saberes “psi”, com uma atuação burocrática e assistencialista.

Como dito anteriormente, há uma aproximação do Serviço Social com a matriz teórico-metodológica fenomenológica no contexto da reconceituação da profissão, que ocorre a partir de meados de 1960, que aponta para uma perspectiva de psicologização das relações sociais. Assim, a fenomenologia reitera a lógica de individualização dos problemas sociais, sendo, portanto, um caminho que retoma o conservadorismo da profissão na centralização do indivíduo (NETTO, 2015).

> Enfim, esta perspectiva - correlatamente ao anterior - se beneficia de todo um acúmulo ainda vigente de expectativas, historicamente respaldadas no desempenho tradicional dos assistentes sociais, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da *ajuda psicossocial* (NETTO, 2015, p.207;206).

Segundo Vasconcelos (2002), após o Movimento de Reconceituação e a aproximação com a corrente marxista, temáticas como a subjetividade e a saúde mental passaram a ser pouco estudadas pelo Serviço Social, pelo receio ao retorno ao conservadorismo, apesar de ser um campo de grande absorção de assistentes sociais.

Assim, atualmente, na formação profissional, um dos principais momentos de aproximação com a discussão da saúde mental se dá no Estágio Supervisionado, que está incluído no currículo de Serviço Social como disciplina obrigatória desde as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, caracterizando-se como parte fundamental da formação profissional. Como repercussão de lutas da categoria, a supervisão se configura como uma atribuição profissional do Código de Ética, localizada no âmbito da graduação, com uma mediação direcionada aos valores e princípios do projeto ético-profissional, sendo um momento privilegiado para o aluno estabelecer aproximações entre os conhecimentos teórico-metodológicos, as mediações técnico-operativas e a realidade sócio-institucional.

Portanto, é explícito a necessidade de aprofundar as discussões em torno da política de saúde mental, inclusive no âmbito da formação profissional, e sobre a forma que se estabelece o processo de trabalho do(a) assistente social nos dispositivos de saúde mental, visando formar profissionais qualificados e competentes que contribuam com os princípios da reforma psiquiátrica.

4 A SAÚDE MENTAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: o caso da Universidade Federal do Piauí

A Universidade Federal do Piauí foi fundada em 1968, sendo implantado o curso de Bacharelado em Serviço Social em 1976 e, em 1981, a universidade recebe sua primeira turma desse curso.

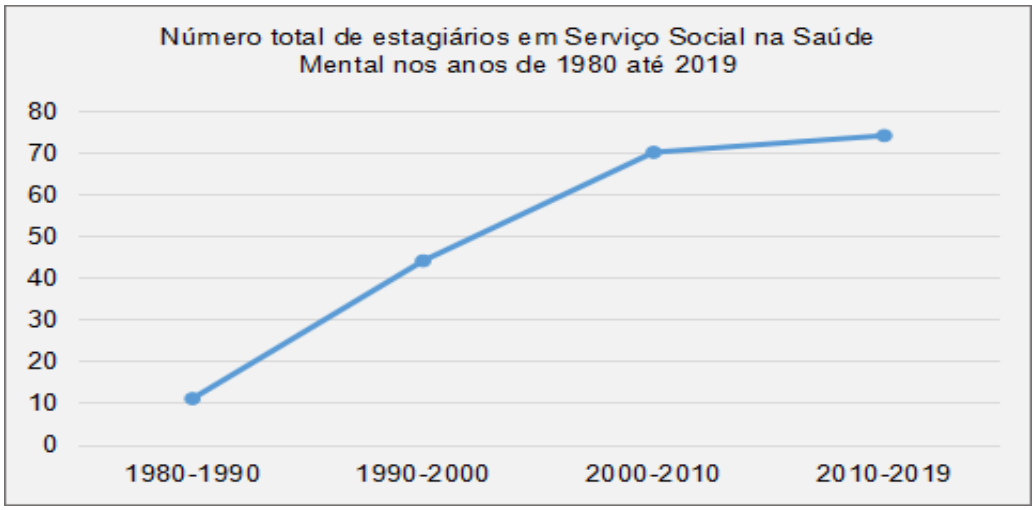
No âmbito da formação profissional, na atualidade, a aproximação com a saúde e saúde mental nas graduações em Serviço Social acontecem principalmente a partir do Estágio Supervisionado. Na UFPI, o Estágio Supervisionado é parte constitutiva do Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social (UFPI, 2012), seguindo a Lei de Regulamentação da Profissão n° 11.788, o Código de Ética do Assistente Social e a Resolução n° 533/08 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2008).

O Projeto Pedagógico vigente do curso de Serviço Social da UFPI traz em sua redação que o Estágio em Serviço Social pode acontecer em duas modalidades:

obrigatório e não obrigatório. Durante o Estágio Supervisionado, o aluno elabora uma série de documentos que vão desde análises institucionais, projetos de intervenção e relatórios de estágio, que registram parte da história da supervisão e atuação profissional nos campos de estágio ao longo dos anos.

Assim, no presente estudo, foram analisados documentos produzidos por alunos de estágios nos campos de saúde mental ao longo de quatro décadas, no período de 1980 a 2019, sendo localizados no total 334 documentos. A partir da sistematização dos dados, foi possível verificar quantos estagiários passaram pelo Estágio Supervisionado na Saúde Mental ao longo desse período histórico, como mostra o Gráfico abaixo:

Gráfico 1: Número total de estagiários em Serviço Social na Saúde Mental dos anos de 1980 à 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos documentos de estágio supervisionado da UFPI

Observa-se que o campo da saúde mental recebeu 199 estagiários ao longo dessas quase quatro décadas. Foram identificados os seguintes campos de estágio e seus respectivos números de estagiários: CAPS II Leste (23); CAPS II Sudeste (2); CAPS II Sul (12); CAPS II Sul (5); CAPS III Sul (5); CAPSi Dr. Alexandre Nogueira (1); CAPSi Dr. Martinelli Cavalca (5); Casa de Acolhimento Transitório Infanto Juvenil (4); Clínica Médica Psicológica do Piauí (2); Clínica Terapêutica Gesta (2); Consultório na Rua (1); Hospital Areolino de Abreu (100); Hospital Dia Dr. Wilson Freitas (11); Hospital do Mocambinho (15); Hospital Sanatório Meduna (3);

Maternidade Dona Evangelina Rosa (1); Núcleo de Apoio à Saúde da Família (1); Secretaria de Assistência Social e Cidadania (2).

Diante disso, os dados revelaram que o Hospital Areolino de Abreu (HAA), que é um hospital psiquiátrico piauiense, foi o campo que mais recebeu estagiários, somando 100 estagiários, o correspondente a 50,25% do número total. Destaca-se que o HAA e o Hospital Dia Dr. Wilson Freitas eram instituições interligadas e localizadas no mesmo espaço físico. É importante esclarecer que o estágio curricular obrigatório do HAA existe desde os anos 1980 e continuou recebendo estagiários ao longo das décadas.

Os documentos mais antigos a respeito do estágio supervisionado na saúde mental do curso são do ano de 1981, e relatam a experiência do estágio na Clínica Médica Psicológica do Piauí (CLIMEPP), uma organização particular que recebia pessoas com transtornos mentais.

É importante compreender que a maior parte da rede de assistência psiquiátrica no estado até então era privada, iniciado na década de 1960 com a contratação das primeiras assistentes sociais no Sanatório Meduna. Essa realidade vai permanecer até o crescimento da criação dos CAPS e a partir dos serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir dos anos 2000 há um crescimento significativo do número de estagiários na saúde mental, o que pode estar relacionado à expansão dos serviços alternativos psicossociais devido às conquistas alcançadas com o SUS e com a Lei n° 10.216 de 2001, que dispõe sobre proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. No Piauí e em Teresina, isso vai repercutir no crescimento dos Centros de Atenção Psicossociais, o que gera uma diversificação dos campos de estágio conveniados com a UFPI.

Ainda na década de 2000, o currículo do curso de Serviço Social na UFPI passa por mais uma atualização, em 2007, para atender os pressupostos das diretrizes curriculares em torno da Questão Social, considerando a luta pelos direitos civis, sociais, políticos e os direitos humanos. Diante disso, o Gráfico 1 representa que, ao mesmo tempo em que se ampliam os campos de estágio, amplia-se também

o número de estagiários nesse campo de atuação. Assim, a última década, de 2009 a 2019, representou a que mais recebeu estagiários de Serviço Social na Saúde Mental, totalizando 74 estagiários.

Nesse momento, ao analisar a série histórica e o número de estagiários de Serviço Social na Saúde Mental, coloca-se em questão a interlocução entre a realidade e a temporalidade. Essa temporalidade está presente tanto na formação profissional de Serviço Social no Brasil, tanto no curso de Serviço Social da UFPI, quanto na esfera da produção do cuidado no campo da Saúde Mental, tendo em vista que essas instituições que foram campos de estágio contam parte da trajetória da assistência à saúde mental no Piauí. Esses espaços de formação dentro da Universidade Federal do Piauí, estiveram marcados por importantes processos de mudanças.

Desse modo, observa-se que os documentos encontrados, foram elaborados na vigência dos quatro currículos e da alteração aprovada ao currículo de 2007, aprovada em 2012. Nesse sentido, a trajetória da formação profissional do curso de Serviço Social percorre entre diferentes currículos, sendo os seguintes: o currículo I de 1976, implantado em 1977; o currículo II de 1985; o currículo III de 1995, e o currículo IV de 2007 e alterado em 2012. Isso demonstra que a formação acadêmica é reflexo da série histórica.

3 CONCLUSÃO

O trabalho em questão remonta a importância dos discentes de serviço social e dos assistentes sociais compreenderem a trajetória histórica da profissão, ou seja, os seus fundamentos históricos e teórico-metodológicos, para que assim possa haver um entendimento sobre a atuação da profissão na contemporaneidade.

Ademais, o artigo busca contribuir no que diz respeito à formação profissional no Serviço Social, mais especificamente na política de Saúde Mental, além de demonstrar a importância da discussão sobre saúde mental durante a formação, tendo em vista que essa política configura importantes espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. Assim, ao tempo em que reafirma-se a importância da

formação alinhada ao fortalecimento das Diretrizes Curriculares, destaca-se a necessidade de que o Serviço Social possa formar profissionais com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para atuar nas diferentes políticas sociais, tais como a saúde mental, fomentando o diálogo entre o Projeto Ético-Político e a Reforma Psiquiátrica e Sanitária.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (Com base no Currículo Mínimo aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, novembro de 1996.

AGUIAR, A. G. **Serviço Social e Filosofia**: das origens a Araxá. 6ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. Disponível em: < Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 > acesso em 19 de julho de 2021.

BRASIL. **Lei n° 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em:< L10216 > acesso em: 19 de julho de 2021.

BRASIL. **Lei n° 11.788**, **de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <L11788 > acesso em: 19 de julho de 2021.

BRASIL. **Portaria n° 154**, **de 24 de janeiro de 2008**. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF. Diário Oficial da União. Disponível em:< Sa□de > acesso em: 19 de julho de 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 95**, **de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em:< Emenda Constitucional nº 95/2016 > acesso em: 19 de julho de 2021.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina.** 11° ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS. **Resolução n° 533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> acesso em 19 de julho de 2021.
CFESS. **Código de Ética do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

CUNHA, Angely Dias da; NUNES, Ariadna. Aspectos do conservadorismo higienista no serviço social clínico: Implicações para o projeto ético-político profissional. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 328-350, jul. / dez. 2020 ISSN 1980-8518.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do serviço social na América Latina e no Caribe**: Conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. Campinas: Papel Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41° ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. 80 anos de Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, n. 128. p. 13-38. São Paulo: 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: Identidade e alienação. 16° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Mirella de Lucena; RODRIGUES, Cleide Maria Batista. Serviço Social e saúde mental: um estudo sobre a prática profissional. **SER Social**, Brasília, v. 18, n. 39, p. 652-671, jul.-dez./2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social brasileiro pós-64. 17° ed. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, E. M. A. P.; CHAVES, H. L. A. 80 anos de Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017.

TERESINA. Universidade Federal do Piauí. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Serviço Social**. Teresina: UFPI, 2012.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Saúde mental e serviço social**: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2° ed. São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. CFESS/ ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: 2009, p. 143-163.